



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

## JUIZ SUBSTITUTO

PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 5 questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição para a folha de respostas da prova discursiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. **Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de respostas definitivas
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do caderno de respostas das questões discursivas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as transcrições realizadas para o caderno de respostas das questões discursivas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



**Questão 1 - Direito Penal**

Ao tomar conhecimento de que Bruno, seu marido, com quem é casada pelo regime da separação de bens, teria presenteado Conceição, sua amante, com um automóvel zero km, Albertina, inconformada com o fato e tomada de ciúme e ódio, comparece, às 23h30, ao local onde o veículo está estacionado, na via pública, nas proximidades da residência de Conceição. Albertina, então, usando um spray de tinta, escreve, na lataria do veículo, as palavras "Conceição vadia". Na manhã seguinte, por volta das 9h, Conceição vai até o automóvel, percebendo grande aglomeração de pessoas junto ao veículo, algumas tirando fotografias, e, quando se aproxima mais, lê a mensagem escrita na véspera. De se notar que, ao contrário do que havia sido informado a Albertina, o veículo não pertence a Conceição, mas a Bruno, em nome de quem está registrado junto ao DETRAN, tendo ele apenas cedido o uso do automóvel à amante.

Diante do caso narrado, responda, justificadamente, às seguintes perguntas:

- Qual a expressão do fato, à luz do Direito Penal, com todas as suas circunstâncias, notadamente aquelas com relevância na aplicação da pena?
- O fato de Albertina e Bruno serem casados acarreta alguma consequência jurídico-penal?

Valor: 2 pontos

Máximo de 30 linhas.

<b>RASCUNHO</b>	
<b>1</b>	
<b>5</b>	
<b>10</b>	
<b>15</b>	
<b>20</b>	
<b>25</b>	
<b>30</b>	

**Questão 2 - Direito Administrativo**

Em matéria de improbidade administrativa, responda, de forma objetivamente fundamentada, aos itens a seguir.

a) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, é constitucional o dispositivo da Lei de Improbidade Administrativa que prevê a obrigação de todo agente público apresentar sua declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, para sua posse e exercício, com a devida atualização anual?

b) Consoante a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, é possível a utilização conjunta da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para fundamentar uma mesma ação civil?

Valor: 2 pontos

Máximo de 30 linhas.

<b>RASCUNHO</b>	
<b>1</b>	
<b>5</b>	
<b>10</b>	
<b>15</b>	
<b>20</b>	
<b>25</b>	
<b>30</b>	

**Questão 3 - Direito Constitucional**

João ingressou com ação judicial em face do Estado Alfa, com o objetivo de que fosse implementado um direito fundamental de segunda dimensão, veiculado em norma constitucional de eficácia limitada e princípio programático, disciplinado pela Lei Estadual nº X/2024.

Em sua defesa, o Estado Alfa argumentou que a Lei Estadual nº X era inconstitucional, por ter determinado a oferta do direito a partir de projeto de lei de iniciativa parlamentar, enquanto a matéria seria privativa do chefe do Poder Executivo. Acresceu, ainda, que, mesmo que esse diploma normativo não fosse inconstitucional, a implementação do direito prestacional dependeria da edição de regulamento pelo chefe do Poder Executivo, o que não pode ser assumido pelo Poder Judiciário.

Em réplica, João refutou os argumentos do Estado Alfa, sustentando a constitucionalidade do processo legislativo que culminou com a edição da Lei Estadual nº X. Em relação ao regulamento, afirmou que o chefe do Poder Executivo incorrera em uma omissão ilícita, pois deixara transcorrer *in albis* o prazo de 60 dias fixado pelo Art. 5º da lei estadual para a sua edição, não podendo se beneficiar da própria torpeza. Também sustentou que, mesmo que seja reconhecida a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº X, a norma constitucional que buscou disciplinar produziria efeitos em relação à legislação preexistente, devendo ser delineada na perspectiva da metódica estruturante de Friedrich Müller.

Analise, como magistrado, os argumentos apresentados por João e pelo Estado Alfa, partindo da premissa de que as informações de ordem fática são verdadeiras.

Valor: 2 pontos

Máximo de 30 linhas.

RASCUNHO	
1	
5	
10	
15	
20	
25	

30

**Questão 4 - Direito Civil**

Nicanor, 83 anos de idade, recebeu uma proposta de Juca para a venda de uma casa de sua propriedade no bairro Graciosa por R\$ 1.500.000,00. Ele estava animado para celebrar o negócio, pois o preço oferecido era um pouco superior ao valor de mercado que vinha sendo atribuído ao imóvel. Entretanto, Levi, seu cuidador, enxergou ali uma oportunidade para que ele e sua prima Valentina obtivessem grande lucro às custas do idoso.

Levi disse a Nicanor que ele deveria desistir da proposta recebida e vender o referido imóvel para Valentina por R\$ 1.000.000,00, preço inferior ao valor de mercado do imóvel. Se não fizesse isso, Levi disse a Nicanor que injetaria uma substância nos medicamentos do idoso administrados por via intravenosa, causando a sua morte. Nicanor, que mora sozinho, passou a temer por sua vida. Atormentado pelas ameaças de Levi, passou a noite em claro e agoniado, o que contribuiu para a piora de sua saúde.

No dia seguinte, Valentina esteve no domicílio de Nicanor para negociar a venda e presenciou o primo ameaçá-lo. Com medo, Nicanor efetivamente desistiu de aceitar a proposta e vendeu a casa para Valentina por R\$ 1.000.000,00. O potencial comprador, Juca, quando informado, mudou-se para outra cidade e desistiu de comprar um imóvel.

Após a venda, na primeira folga de Levi, Nicanor, livre do risco, enfim contou o que ocorreu para sua irmã, Iolanda, que dispensou Levi e contratou um novo cuidador, além de um segurança para a casa do irmão.

Responda, de forma justificada e fundamentada:

- É possível a invalidação do negócio jurídico celebrado entre Nicanor e Valentina?
- De quem pode ser exigida a indenização pelos danos sofridos e que parcelas devem compô-la?
- Como devem ser fixados os juros e a atualização monetária incidentes sobre a indenização?

Valor: 2 pontos

Máximo de 30 linhas.

**RASCUNHO**

1

5

10

15

20

<b>25</b>
<b>30</b>

### Questão 5 - Direito do Consumidor

Wander adquiriu cinco quilos de tomate no Atacarejo Praia Norte, título de estabelecimento adotado pela sociedade empresária Guaraí, Couto & Magalhães Ltda. Em casa, ao fatiar os tomates, Wander verificou que a maior parte deles estava estragada e imprópria para o consumo. Os tomates haviam sido vendidos a granel, sem embalagem de acondicionamento, de modo que não era possível identificar o produtor.

Ao reclamar com o gerente do atacarejo, no dia seguinte ao da aquisição do produto, Wander foi informado por ele de que os tomates haviam sido apenas comercializados pela sociedade empresária e o gerente não tomou qualquer providência.

Considerados os fatos narrados, pergunta-se:

- O enunciado narra a ocorrência de fato ou de vício do produto?
- Quem poderá ser responsabilizado perante Wander?
- Que alternativas o Código de Defesa do Consumidor confere a Wander?

As respostas devem ser justificadas e fundamentadas com amparo legal.

A mera indicação de artigo ou sua transcrição não conferem pontuação.

Valor: 2 pontos

Máximo de 30 linhas.

<b>RASCUNHO</b>	
<b>1</b>	
<b>5</b>	
<b>10</b>	
<b>15</b>	

<b>20</b>
<b>25</b>
<b>30</b>







Realização

